

**PLANO DE AÇÃO**  
**Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, no Âmbito da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Sistema Único de Segurança Pública.**

Este Plano de Ação é o instrumento central de planejamento para definir a implantação do eixo de financiamento da Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019, e da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, que deverá nortear o interesse do estado nas especificidades das regiões selecionadas. Ressalta-se a necessidade de trabalhar o planejamento, orçamento, iniciativas e atividades de forma que reflita a situação atual, deixando claro as intenções, projeções e estimativas de atuação do estado, em concordância com o objetivo macro das Portarias em epígrafe.

<b>Título do Programa</b>	<b>Qualidade de Vida aos Agente de Segurança Pública No Estado do Piauí.</b>
---------------------------	--

<b>Dados do Fundo Estadual de Segurança Pública</b>	<b>Ente Federativo</b>	Estado do Piauí
	<b>Lei de Criação do Fundo Estadual</b>	Lei Estadual 7.156 de 2 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 26 de novembro de 2018 página 02.
	<b>CNPJ</b>	32.925.161/0001-82

<b>Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública</b>	<b>Nome</b>	Rubens da Silva Pereira
	<b>Cargo</b>	Secretário Estadual de Segurança Pública
	<b>CPF</b>	641.770.929-91
	<b>Contato: e-mail e telefone</b>	86 9946-32236

<b>Dados do responsável pela Gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública</b>	<b>Nome</b>	Rubens da Silva Pereira
	<b>Cargo</b>	Secretário Estadual de Segurança Pública
	<b>CPF</b>	641.770.929-91
	<b>Contato: e-mail e telefone</b>	86 9946-32236

<b>Justificativa e Estratégia de Implementação</b>	<b>Análise do Problema e Razões para que o Problema seja Alvo de Intervenções</b>
	A missão dos agentes de segurança pública é proteger o cidadão piauiense, fazer cumprir as leis, combater a violência e a criminalidade e preservar a ordem pública em nossa sociedade. Partindo desse contexto, o presente projeto visa à

*Cel. Rubens da Silva Pereira*  
Secretário de Segurança Pública



ampliação do Centro de Assistência Integral à Saúde destinado a atender a todos os agentes de segurança pública do Estado do Piauí, que hora atua em todo disponibilizando atendimento no formato intensivo, semi-intensivo e itinerante, levando informações e ações psicoeducativa, bem como melhorar as estruturas do centro de esporte da Academia de polícia do Estado do Piauí.

É importante salientar também pesquisa realizada no Piauí em 2010 quando da execução do projeto de Prevenção e Gerenciamento do Estresse numa amostra de 434 profissionais de segurança pública, sendo 85 Bombeiros, 114 Policias Civis e 235 Policias Militares, lotados na capital e interior do Estado do Piauí, correspondendo a 5,13% do contingente total de profissionais. A pesquisa revelou que 57,8% dos pesquisados fazem uso de álcool há 10 anos em média; 79,2% nunca se consultaram com psicólogo ou psiquiatra; 35,9% sentem-se pouco reconhecidos e apontaram, dentre outros fatores de estresse: más condições de trabalho, falta de apoio em caso de adoecimento e outros conflitos e risco que a profissão oferece. Foram identificadas doenças como alcoolismo, drogadição e depressão. É oportuno registrar outra pesquisa realizada em Teresina, no período de 2007 a 2011, junto aos policiais civis, onde foram analisadas as principais doenças mentais por eles sofridas, através da análise de prontuários de perícias médicas do Estado do Piauí. O autor da pesquisa MASCARENHAS (2011), Delegado de Polícia Civil, constatou elevado índice de afastamentos policiais nesse período em decorrência de transtornos mentais desenvolvidos ao longo da carreira.

Das 508 doenças registradas no quadro de pessoal da polícia civil do município de Teresina-PI, 18,70%, ou 95 policiais, referiram-se às doenças psíquicas. O maior índice de afastamentos observado foi para tratamento de depressão correspondendo a 41,05% ou 39 afastamentos. O alcoolismo veio em seguida com 28 casos de afastamentos correspondendo a 29,47% do total de registros. Ainda segundo a pesquisa, foram observadas, dentre as doenças psíquicas: quadros de ansiedade, depressão, dependências químicas (alcoolismo), transtorno bipolar, esquizofrenia, psicose não orgânica e não específica e transtorno de pânico. Tomando-se por base dados oficiais do relatório quantitativo de pacientes de parte do efetivo ativo e inativo da Polícia Militar do Piauí acolhidos por patologia, referentes aos anos de fevereiro/2012 a junho/2014, apresentado pelo do Centro de Assistência Integral à Saúde – CAIS/PMPI, em 2014, percebe-se que do total de 5.717 profissionais, 300 ou 5,2% do contingente total do Estado, apresentaram patologias mentais: dependência química de álcool e outras drogas (104) ou 34,6% e depressão e ansiedade (146) ou 48,6% do total das doenças mentais. Afora o aspecto da saúde do policial, alia-se a precariedade das condições de trabalho com as quais convivem os profissionais da



segurança pública, fatores esses que, além de causar graves danos ao indivíduo, implicam também em prejuízo para o Estado e à sociedade, em face da perda da qualidade dos serviços prestados e dos custos decorrentes de afastamentos temporários ou permanentes por motivo de drogadição e alcoolemia. Partindo desses referenciais. Pontue-se que a precariedade dos registros e escrituração sobre os adoecimentos psíquicos e afastamentos dos profissionais de segurança pública no interior e na capital, postula um reajuste e modernização dos processos já existentes aptos a proporcionarem um conhecimento real da situação.

Visando, portanto, ampliar ainda mais a assistência a saúde do Profissional de Segurança Pública, intenta-se a aquisição de ambulâncias e unidades odontológicas móveis.

Neste diapasão e visando o cuidado com a saúde física do profissional de Segurança Pública se prevê uma ampliação e reestruturação das academias de musculação das Forças Policiais.

Doutro Giro a formação continuada dos Profissionais de Segurança Pública é necessária não só para o bom atendimento a população, mas como mecanismo de valorização do mesmo.

Segundo Paula Ferreira Poncioni, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, O modelo profissional de polícia, resultante de um longo processo de profissionalização desencadeado pelas reformas policiais em alguns países do mundo democrático ocidental no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, caracteriza-se predominantemente pelo entrelaçamento de dois modelos: o burocrático-militar e o de aplicação da lei. Assim, o policial é um operador imparcial da aplicação da lei e relaciona-se com os cidadãos profissionalmente, de forma neutra e distante, cabendo-lhe cumprir os deveres oficiais e seguir os procedimentos de rotina, independentemente de suas tendências pessoais e a despeito das necessidades do público, que muitas vezes não são estritamente enquadradas pela lei. De acordo, ainda, com esse modelo, a organização policial espera pela notificação de um crime para ativar seu trabalho, estruturando-se como uma "máquina de reação" forte (FIELDING, 1996, p.44), que utiliza regras e procedimentos estipulados por critérios internos próprios, uma vez acionada pelo público.

Pode-se afirmar que, embora nos últimos anos tenham sido experimentadas algumas inovações na área da formação profissional do policial no Brasil, não há até o momento uma avaliação acerca do seu êxito em termos de mudanças efetivas nas práticas e procedimentos dominantes. Nesse sentido, para as intervenções que buscam qualificar o trabalho policial, é necessário empreender um extenso e profundo

*Cel. Rubens da Silva Bereira*  
Secretário de Segurança Pública



exame das condições em que se dá a formação profissional nas academias de polícia, ou fora delas.

É indispensável pensar estratégias amplas, que permitam a realização de pesquisas, incluindo dados empíricos em ambas as organizações de polícia, para que se possa lançar um “olhar” mais acurado sobre a formação profissional e as práticas policiais. Esta é, indubitavelmente, uma tarefa urgente e necessária para que se implemente um projeto educacional que busque alcançar o aprimoramento da atividade profissional da polícia a fim de responder de maneira satisfatória às crescentes e complexas demandas da sociedade e enfrentar os desafios relacionados à eficácia de suas ações num contexto democrático.

Portanto, intenta-se uma reestruturação das academias de formação profissional CEP (Centro de Ensino Profissional) na PM e CBM e ACADEPOL (Academia de Polícia Civil) com a aquisição de mobiliário, equipamento de informática, veículos administrativos bem como adquirir softwares de levantamento de estatísticas criminais para serem alvos de estudos de tendências pelas Academias, com utilização cruzada no Setor de Estatística da SSP-PI

Outro aspecto abordado é descrito por Políticas públicas internacionais, como o Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento – PIAE (World Health Organization - WHO, 2002), e nacionais, como a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), Estatuto do Idoso (Lei 10/741/2003) e a Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor Público Federal – PASS (MPOG, Portaria Normativa SRH nº 1.261/2010 e nº 3/2013), que enfatizam a importância de implementação de programas com foco no bem-estar, qualidade de vida, envelhecimento ativo e preparação para aposentadoria (Leandro-França & Murta, 2014b).

Considerando o aumento na expectativa de vida dos brasileiros, esses dados demonstram que os servidores públicos têm aposentado em idade considerada ativa. O mesmo acontece com os trabalhadores aposentados pelas regras do Regime Geral da Previdência Social (The Economist, 2012; Veras, 2012). Posto isso, o medo do futuro, insegurança na tomada de decisão quanto a se aposentar, perda da identidade, do prestígio, do convívio social no trabalho são percepções da aposentadoria como situação de crise (Santos, 1990; Leandro-França, 2014) e podem ser vivenciadas com mais intensidade em trabalhadores que se aposentam cedo. Pesquisas apontam ainda que a aposentadoria é um fator de risco ao suicídio em pessoas idosas. Isto ocorre em função da vivência da aposentadoria como crise, vinculada à depressão, isolamento social, conflitos conjugais e solidão (Minayo & Cavalcante, 2012).



Portanto, como um primeiro passo para um Programa de Preparação para a Aposentadoria do Profissional de Segurança Pública, intenta-se contratar consultoria para realizar diagnóstico da situação atual dos profissionais aposentados e presentes a se aposentar.

Por fim, conforme Lucilio Linhares Perdigão de Moraes As policias, e seus policiais, lidam com a os rechaçados do sistema social (CRUZ, 2005), aqueles que os normais (GOFFMAN, 1975) esperam que sejam mantidos pelo Estado fora de seu contato. O policial é o responsável pela manutenção da paz social, nem que para isto tenha que usar da força. Ser policial é, sobretudo, manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela, uma vez que o serviço, dada a sua condição e o fato de ser imprescindível, carece de determinadas representações (GOFFMAN, 1985) para que possa ser executado. Espera-se que o indivíduo que lida com estas funções se trate de um verdadeiro super homem (SOARES; MUSUMECCI, 2005), um guerreiro bravo, com força física e aptidão para o risco.

Para que seja este super homem, diferenciado dos demais e igual aos membros de sua equipe, o policial deve obedecer a um grande número de itens de conduta, tais como roupas, comportamento, maneiras e asseio pessoal, cujo respeito é objeto de constante controle pelos seus dirigentes.

O imaginário que uma simples vestimenta, uniforme, desperta na subjetividade do indivíduo. A roupa que representa objetivamente tão somente uma forma de identificação do profissional perante a sociedade, carrega consigo todo um valor simbólico do que significa a profissão deste indivíduo, implicando em consequências diretas em sua relação tanto com os colegas de profissão quanto com as demais pessoas em sociedade.

A roupa não somente uniformiza objetivamente os pertencentes a esta profissão, facilitando sua atuação, mas também os integra e viabiliza o objetivo organizacional de tornar todos iguais, em conformidade com o imaginário (CARRIERI, 2001) que a organização pretende imprimir, mantendo a coesão interna e buscando a constituição de um sujeito que incorpore os valores da organização, desempenhando o papel que lhe cabe representar em consonância com o estatuto da organização.

Portanto, o uniforme faz parte da concepção ideológica da organização, contribuindo para a edificação de um indivíduo subjetivamente inserido na vida organizacional, atuando em conformidade com o modelo de trabalhador que a organização impõe (ENRIQUEZ, 2000a), reforçando seus laços e sua identificação

com os valores e normas desta.

Desta forma o plano de ação contempla a aquisição de fardamento de serviço para as forças policiais estaduais.

#### **Alinhamento com o planejamento de Segurança Pública Estadual**

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 1 – Saúde e Valorização do(a) profissional de segurança pública e defesa social, Projeto 1 – acesso e manutenção à saúde e Projeto 2 - Estruturação da Carreira dos Profissionais de Segurança Pública.

É dever do Estado cobrir a saúde física e psíquica dos (as) profissionais de segurança pública. Para tanto, há de se adotar políticas de prevenção de riscos como acompanhamento e avaliações periódicas obrigatórias da saúde física e mental e do ambiente de trabalho, assim como incentivo à atividade física nas academias das três instituições. Atenção aos (às) profissionais no desempenho de suas funções em face de eventos críticos que lhes possam trazer danos físicos e psicológicos. Assim também atenção à família em caso de morte do (a) profissional.

#### **Impacto da intervenção que está sendo proposta**

Os impactos esperados são:

- Reestruturação dos centros de formação das forças de segurança pública.
- Reparelhamento das academias de musculação das instituições de segurança.
- Preparação para aposentadoria do profissional de segurança pública.
- Aquisição de fardamento para as forças de segurança.

Serão contempladas as três instituições de Polícia do Estado do Piauí, Polícia Civil (inclusa a Perícia), Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar por meio das ações aqui descritas

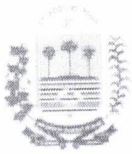
#### **Objetivos**

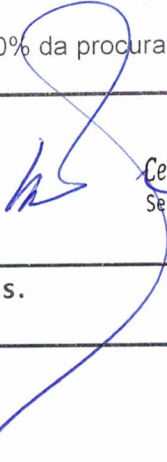
- Adquirir bens permanentes;
- Promover ações destinadas à valorização profissional e a saúde dos profissionais de segurança pública do estado do Piauí, por meio da implantação de Programas de Incentivos à Prática de Atividade Física e Reeducação alimentar;





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Levar ações continuadas de saúde em caráter preventivo (palestras, seminários) mediante a implantação de programa de prevenção e tratamento da saúde física e mental;</li><li>• Despertar o agente de segurança pública aos cuidados de maneira integral;</li><li>• Proporcionar atendimento físico nutricional;</li><li>• Informar sobre a rede de cuidados em saúde mental existente no território;</li><li>• Oferecer aos agentes de segurança pública assistência clínica, psicossocial com uma perspectiva viável no contexto de cuidados.</li><li>• Ampliar suas ações na capital e interior do Estado do Piauí.</li></ul>
<b>Resultados</b>	<p>Melhoria na qualidade de vida dos profissionais de segurança pública; da qualificação profissional para o desempenho de suas atividades; e da percepção da qualidade de vida pelos profissionais de segurança pública.</p> <p>Diminuição do gasto público em saúde com os profissionais de segurança pública – A prevenção as patologias decorrentes do trabalho diminuem o custo total do estado em previdência e gastos com intervenções biopsicossociais de caráter corretivo.</p> <p>Preparação do profissional de segurança pública para sua aposentadoria, diminuindo o impacto dessa situação na sua vida cotidiana.</p> <p>Reestruturação dos centros de formação dos profissionais de segurança pública, garantido assim uma modernização na formação continuada e capacitação daquele.</p> <p>Compra de uniformes para a renovação dos mesmos, juntos aos profissionais, motivando este a reforçar a ideologia de sua unidade motivando-o a melhor prestação de serviço.</p>
<b>Impactos</b>	<p>Melhoria na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio – O profissional de segurança pública sadio e motivado garante um atendimento qualificado a população, evitando abusos e erros na execução de seu mister.</p> <p>Melhoria da prestação de serviço de segurança pública – A qualidade no atendimento guarda decorrência aos motivos do item anterior.</p>
<b>Indicadores e metas</b>	<p><b>Indicadores:</b></p> <p>Quantidade de atendimentos dos profissionais de segurança pública e de seus familiares</p> <p>Diminuição dos afastamentos médicos em decorrência do estresse laboral.</p>



	<p>Redução do número de suicídios.</p> <p>Identificação e promoção do tratamento para os dependentes de álcool e drogas.</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>Diminuição de 15% dos afastamentos médicos em decorrência de estresse laboral</p> <p>Redução de 5% do número de suicídios</p> <p>Aumento de 20% da procura por tratamento para a dependência de álcool e/ou drogas</p>
<p><b>Assinatura do Responsável pela Gestão do Fundo</b></p>	 <p><i>Cel. Rubens da Silva Pereira</i> Secretário de Segurança Pública</p>
<p><b>Anexos</b></p>	<p><b>Sem Anexos.</b></p>

Teresina – PI 19, de março de 2019

*Cel. Rubens da Silva Pereira*  
Secretário de Segurança Pública

